

A “Guerra da Ucrânia” e a reconstrução ideológica do Ocidente

Lúcio Flávio Rodrigues de Almeida*

Resumo:

Objetivo deste artigo¹: abordar, de modo introdutório, a extraordinária carga de ideologização presente na atual crise do imperialismo. A representação, ao final da Guerra Fria, de uma ordem globalizada na qual territórios, estados nacionais e soberania perdiam qualquer importância rapidamente cedeu primazia à reconstrução ideológica do Ocidente, agora necessitado de se expandir e consolidar suas fronteiras com vistas a se preparar para o choque com outras civilizações. A hipótese que norteia este artigo é que, na atual crise do imperialismo, a defesa do Ocidente encontra sérias dificuldades para se articular à defesa e ao aprofundamento da democracia. Abordamos este processo por meio da análise de um pequeno artigo do importante intelectual de esquerda, Slavoj Žižek, cujas formulações cotejamos com algumas teses centrais de dois importantes intelectuais do *establishment* estadunidense.

Palavras-chave: “Ocidente”; imperialismo; crise; OTAN; democracia; intelectuais.

The “Ukrainian War” and the ideological reconstruction of the West

Abstract:

Purpose of this article: to address, in an introductory way, the extraordinary load of ideologization manifested in the current crisis of imperialism. The representation, at the end of the Cold War, of a globalized order in which territories, national states and sovereignty lost all importance quickly gave primacy to the ideological reconstruction of the West, now in need of expanding and consolidating its borders in order to prepare for the shock with other civilizations. The hypothesis that guides this article is that, in the current crisis of imperialism, the defense of the West encounters serious difficulties in articulating

* Livre-docente em Ciência Política. Professor do Departamento de Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica São Paulo, São Paulo-SP, Brasil. Autor de *Ideologia nacional e nacionalismo*. São Paulo: EDUC, 2014; e *Uma ilusão de desenvolvimento: nacionalismo e dominação burguesa nos anos JK*. Florianópolis: EDUSC, 2006. Editor da revista *Lutas Sociais*. End. eletrônico: luflavio40@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9493-2647>.

¹ O artigo retoma, às vezes literalmente, alguns pontos do texto publicado em *A Terra é Redonda* (Almeida, 2022).

with the defense and deepening of democracy. We approach this process through the analysis of a short article by the important intellectual of the left, Slavoj Žižek, whose formulations we try to compare with some central theses of two important intellectuals of the American establishment.

Keywords: “Western”; imperialism; crisis; NATO; democracy; intellectuals.

Introdução

A crise “da Ucrânia” tem características originais e importantíssimas em relação aos últimos 77 anos, isto é, desde o encerramento da Segunda Guerra Mundial. Perto dela, a “dos mísseis”, em 1962, foi um mal-entendido que, no final das contas, contribuiu para que os dois principais contendores negociassem proveitosamente o estabelecimento de melhores condições para se evitar o confronto militar direto. A atual crise é gravíssima.

Pela primeira vez, desde 1945, um conflito de tamanha magnitude ocorre no continente europeu e envolve diretamente a maior parte das potências imperialistas, mas, até agora, de modo diferenciado. Com exceção da Rússia (um país capitalista), elas recorrem - de novo, até agora - a todos os seus meios de confrontação, exceto o militar direto².

Penúltima novidade: também pela primeira vez um país “oriental”, a China, se constitui objetivamente como árbitro de conflitos que envolvem todas as potências mundiais, com direito à costumeira distribuição desigual de pitos para que todos se comportem. Paz ou guerra do fim do mundo dependem principalmente da China. Para além de maniqueísmos muitas vezes calcados em atribuições de características ancestrais³, como a extrema paciência de sua milenar civilização, a China tem razões objetivas para querer a paz. A principal delas é que, à distâncias de grandes conflitos bélicos, atravessa um extraordinário processo de desenvolvimento econômico, forte coesão sociopolítica e expansão de sua presença internacional. Aliás, no que se refere à dimensão estratégica, este processo transcorreu, desde a Guerra do Vietnam, por meio, inclusive, de ótimas relações com os Estados Unidos da América, o que era apresentado por muitos como um componente importantíssimo da pretensa nova ordem mundial em acelerada construção no pós-Guerra Fria.

O problema é que em pouco tempo a relação mudou. O promissor território ocupado por plataformas de exportação de produtos “ocidentais” transformou-se em potência industrial de vanguarda ao ponto de competir vitoriosamente com os

² No ataque a um adversário europeu mais frágil, a Iugoslávia (1999), a OTAN não teve tanta cerimônia: dispensou aprovação da ONU e destruiu o país.

Estados Unidos dentro deste país e, inclusive, obter vitórias na defesa do “livre comércio” junto à própria OMC. E não mais se fala em “globalização”.

A última novidade é o discreto regresso de uma velha conhecida: a crise da democracia liberal nas ditas sociedades avançadas onde nasceu, ou seja, no “Ocidente”. O problema é que, ao contrário do que proclama, a defesa do Ocidente não costuma rimar com a defesa – menos ainda com o aprofundamento – da democracia.

Um dos aspectos básicos da ofensiva ideológica é a reprodução, em novos termos, do Ocidente como uma entidade homogênea e isenta de profundas contradições. Esta redefinição ideológica bloqueia a percepção das relações de dominação e exploração no interior das formações sociais, ao mesmo tempo em que desfigura as contradições que se intensificam na atual crise do imperialismo como se fossem choques de civilizações.

Metamorfoses do total

Foi só a Primeira Guerra Mundial (a “guerra total”) acabar e surgiu a expressão “totalitarismo”. Sempre associada a “estado forte”, teve, desde então, sentido pejorativo, exceto para o fascismo italiano e, em curtíssimo período, o alemão, este sob a influência de Carl Schmitt (1999a; 1999b). Deixo Gramsci de fora, pois, também aqui, ele ocupa um lugar muito especial.

Durante a Guerra Fria, marxistas contrários aos rumos seguidos pela URSS continuaram com o tema (Cliff, 2018; Neumann, 1957), mas este foi crescentemente assumido a partir de perspectivas influenciadas pelo liberalismo. Neste caso, a ênfase foi conferida às relações entre um estado onipresente e classes sociais pulverizadas, inclusive a burguesia, vencida pela “ralé”; às massas amorfas, incapazes de iniciativa política minimamente coordenada; a sociedades que, desprovidas de instâncias intermediárias (partidos, imprensa, parlamento, redes de sociabilidade), tornam-se inertes, com os indivíduos à mercê das investidas do estado sobre todas as esferas de vida⁴ Totalitarismo foi atribuído à URSS e a movimentos e governos que, ao tentarem articular lutas de libertação nacional e pela transição ao socialismo, entravam em rota de colisão com os Estados Unidos da América, já consolidados como a grande potência do mundo imperialista ou “Occidental”.

No pós-Guerra Fria, o recurso político a “totalitarismo” desandou de vez. Cuba, desde 1959, é membro permanente do clube; Arábia Saudita e Emirados Árabes, por mais que se esforcem, não conseguem ingressar. A Colômbia é um caso à parte: campeã latino-americana de chacinas estatais e paraestatais, não sabe se chama a milícia ou vai ao tapetão; a Venezuela, desde a recente interdição do

⁴ Destaque-se, neste caso, o forte e duradouro impacto, dentro e fora do mundo acadêmico, de *Origens do totalitarismo*, publicado inicialmente em 1951 (Arendt, 1989).

gasoduto Nord Stream II, arrisca ser expulsa do seletivo convívio dos países totalitários. E, logo mais, Copa do Mundo no Catar, esta antessala do paraíso. Ou prenúncio de um destino sombrio para a humanidade?

A (re)produção do Ocidente

Permanece, desde o ataque russo à Ucrânia, a defasagem entre a cautela militar das potências imperialistas e sua extraordinária ofensiva ideológica. Estranha guerra: quem não combate não quer parar. Inclusive quem não combate e compromete a existência do povo que governa. Os que querem mudar o mundo, embora saibam das diferenças de objetivos de cada litigante, também atentam para o crescente risco de uma barbárie sem volta.

Depois de tantas críticas ao eurocentrismo, volta, com a rapidez de um zap, esta construção ideológica, Ocidente, agora em modo expandido. Abrem-se as portas da felicidade e nós, meros “latino-americanos”, “japoneses” e parte crescente dos “ortodoxos” e “islâmicos”, somos interpelados como membros da irmandade. Pobre do Samuel Huntington que até desenhou um mapa-múndicom nove cores para explicar direitinho que a civilização ocidental era uma coisa e, expressão dele, “o resto” era quase todo o planeta. Inclusive nós, o ministro Guedes e as empregadas que, segundo ele, faziam farra na Disney.

Os meios de comunicação tradicionais, em gigantesca unanimidade, partem para a defesa de um imenso “Ocidente” apresentado como uma entidade homogênea, harmônica e virtuosa. E, no lado oposto, um indivíduo – Putin! – cujos designios maléficos que só ele conhece podem acabar com o mundo. Até o importante intelectual de esquerda, Slavoj Žižek, organizador do ótimo *Um mapa da ideologia* (1996), defende o apoio ao “Ocidente” na luta contra... ele mesmo, o Putin!

A transfiguração do Ocidente

No artigo de Žižek (2022), “O que significa defender a Europa?”⁵, o próprio título já formula a questão de modo um tanto enviesado, pois, ao considerar a Europa agredida pela “visão imperial de Putin”, exclui a Rússia do chamado “Velho Mundo” e, no mesmo movimento, a coloca na condição de mero brinquedo sob controle de uma mentalidade doentia. Desta forma, se contorna qualquer necessidade de examinar as forças sociopolíticas atuantes na formação social russa; a ação do imperialismo hegemônico pelos EUA na região, com destaque para o crescente alargamento do cerco imposto pela OTAN cujos membros, de tanto

⁵ Publicado no portal *A terra é redonda*. Dentre os debates propostos pelo portal, consultar Almeida (2022).

aumentarem e de intervirem cada vez mais longe, logo precisarão escolher novas iniciais de oceanos para integrarem a sigla.

Sim – diz Žižek – a Europa deve resistir, mas ele próprio observa uma séria dificuldade para esta empreitada: “os países em desenvolvimento (sic) têm uma longa lista de queixas justificadas contra a colonização e a exploração do Ocidente”.

Em desenvolvimento? Resta saber por quanto tempo, pergunta que se propaga, no mínimo, desde a década de 1960, quando as Ciências Sociais incorporaram o que muitos movimentos anti-imperialistas já sabiam e denunciavam: é desenvolvimento do capitalismo, no geral dependente, o que, com raríssimas exceções, “atualiza” as desigualdades e relações de exploração, entre as formações sociais imperialistas e dependentes, bem como no interior delas⁶.

Aliás, processo que contou com diligentes esforços de governantes de todos os países imperialistas, mas que, convenhamos, foi e é dotado de tamanha objetividade que nos pouparam esforços com a caracterologia dos chefes de estado. A partilha da África não se explica pelo sadismo dos governantes “ocidentais”. Como atribuir tamanha carga explicativa à “visão imperial” de Putin e não se referir às visões de Biden? Terá o “Ocidente” imposto um colonialismo de dimensões nazistas a todos os continentes em razão dos traços de caráter de governantes britânicos, franceses, alemães e vizinhos? Quantos governantes onipotentes e ensandecidos pela “visão imperial” foram necessários para a pilhagem do mundo pelo “Ocidente”? E o escravismo moderno, tráfico incluso? Meros 68 anos separam o final da Guerra de Secessão – ou 45 a Lei Áurea – da ascensão do nazismo, mas em seguida vieram as leis Jim Crow, fertilizante para a produção, entre tantas atrocidades, de estranhos frutos “nas árvores do Sul”⁷.

A fala pode ser mais ou menos macia, mas a solidez do *big stick* é onipresente.

Caso se atribua grande carga explicativa à “visão imperial” de Putin, o que não dizer das visões de Theodor Roosevelt, Richard Nixon, Ronald Reagan, Barak Obama ou Joe Biden.? Dias atrás, os “restos mortais”⁸ de Patrice Lumumba, o grande combatente pela independência do Congo, foram devolvidos ao governo a este país pelo governo belga. Terá o “Ocidente” imposto, inclusive após a II Guerra

⁶ A este respeito, a literatura é farta e diferenciada. Castelo (2022) faz uma excelente abordagem da produção latino-americana sobre a Teoria da Dependência; e, na valiosa coletânea organizada por Berringer e Lazagna (2022) sobre a obra de Nicos Poulantzas, três textos se voltam para a atualização dos estudos sobre o imperialismo elaborada pelo autor com o foco voltado para as formações sociais da Europa Ocidental sob a hegemonia dos EUA.

⁷ *Strange Fruit* é o título da forte e belíssima canção composta por Abel Meeropol (Lewis Alan) e popularizada por Billie Holiday a partir de 1939, ano em que se iniciou a II Guerra Mundial.

⁸ Ou seja, um dente, pois o restante do corpo foi dissolvido em ácido pelos que, a serviço do “Ocidente”, tocaiaram o primeiro-ministro do país que se libertava do domínio belga. Diferentemente do rei da Bélgica, o primeiro-ministro deste país pediu desculpas ao Congo.

Mundial, um colonialismo de dimensões nazistas à África e à Ásia em razão dos traços de caráter de governantes britânicos, franceses, belgas e vizinhos? Quantos governantes onipotentes e ensandecidos pela “visão imperial” foram necessários para a pilhagem do mundo pelo “Ocidente”? E o escravismo colonial, tráfico incluso? Meros 68 anos separam o final da Guerra de Secessão da montagem do nazismo, com detalhe de que, em seguida à primeira, vieram as leis Jim Crow.

Nada disso é desconhecido por Žižek, tanto que ele observa que, para eliminar a incredulidade dos países “em desenvolvimento” em relação ao Ocidente, “temos de erradicar o neocolonialismo”. Sim, mas quais lutas levadas por quais forças sociopolíticas seriam capazes de levar a cabo tal erradicação? Até que ponto ela pode transcorrer orientada pela representação ideológica que opõe, de um lado, visões imperiais e, de outro, uma civilização preocupada em espalhar a liberdade pelo mundo?

Pelo menos, apesar da “visão imperial” de seu principal dirigente, não foi a Rússia que “colonizou e explorou” o resto do mundo. Aliás, como diversos autores, entre os quais Losurdo (2017, p. 57-79), observam, os povos “eslavos” foram alvo, em passado recente, de terrível ofensiva fortemente marcada de colonialismo por uma potência “ocidental”, a Alemanha nazista. Homens (e mulheres) até fazem a história, mas em meio a relações sociais estruturalmente determinadas nos planos interno e internacional.

Žižek afirma que falsos esquerdistas “culpam o Ocidente” porque Joe Biden esteve certo diante das intenções de Putin. E – pior – argumentam que a OTAN cercou a Rússia, estimulou revoluções coloridas perto dela e “ignorou os temores razoáveis” da Rússia que, “durante o último século”, sofreu “ataques do Ocidente”. Mas por que não levar em conta as “intenções” dos presidentes dos EUA desde o final da Guerra Fria (de Reagan a Biden)? Até porque importantíssimos intelectuais e estrategistas que influenciaram a política externa desse país não poupam críticas à política dos EUA (via OTAN) em relação à Rússia. Mas, embora considere que as observações têm “elemento de verdade”, Žižek replica que ficar apenas nisso “equivale a justificar Hitler colocando a culpa no injusto Tratado de Versalhes”.

Sim, o risco de se conferir demasiada ênfase ao conflito entre indivíduos é perder de vista determinações muito mais complexas. O regime político russo não é nazista nem está mais à direita do que muitos apoiados pelo chamado Ocidente em várias partes do mundo. Em segundo lugar, não existiu, nos estertores da I Guerra Mundial, um único modo de se opor ao Tratado de Versalhes. Se os alemães dispusessem de condições para fazê-lo de modo progressista – ou mesmo revolucionário – teriam merecido o apoio das forças democráticas e populares em todo o mundo. Mas a Revolução Espartaquista foi derrotada em janeiro de 1919. Cinco meses antes da assinatura do Tratado de Versalhes, os bolcheviques, ainda sob o sob o fogo dos canhões, propuseram (e cumpriram sua parte) paz imediata sem anexações. Também se pode observar o contraste entre a reação nazista e o

histórico movimento de 4 de maio de 1919, na China, em protesto contra a decisão, pelo mesmo Congresso de Versalhes, de transferir para o Japão a província chinesa de Xandong, antes sob controle do derrotado Império Alemão (Bergère, 1969; Zedong, 1939). É importante insistir em que, sejam quais forem as críticas à política do Estado russo em relação à Ucrânia, a equiparação com o nazismo carece de sentido. Apenas reproduz a prática de (des)qualificar qualquer adversário dos EUA como inimigo da democracia e da civilização, ou seja, do “Ocidente”.

Enfim, criticar a posição assumida por Vladimir Putin porque este adota o suposto de que “as grandes potências têm direito a esferas de influência, às quais todos devem se submeter pelo bem da estabilidade global”, talvez seja um tanto exclusivista ao atribuir a um único governante uma concepção que é de senso comum entre os congêneres em todo o planeta, especialmente quando envolvidos em áreas de conflito. A rigor, não só governantes, mas respeitáveis correntes de estudo das relações internacionais adotam esta perspectiva. Com a agravante de que uma simples consulta ao mapa – maia uma vez – ajuda a perceber que, de fato, em aparente paradoxo, a Rússia é cada vez mais cercada. O que passa pela expansão da OTAN. O que não é – de modo algum – fortuito.

A Guerra Fria acabou, viva a OTAN!

Encerrada a Guerra Fria, ancestrais referências ao poder imperial dos EUA readquiriram forte intensidade. A este respeito, basta mencionarmos um dos mais lidos textos sobre a chamada nova ordem mundial pós-Guerra Fria. Refiro-me ao primor de explícita arrogância imperial adotada por Zbigniew Brzezinski – e não Putin – intelectual acadêmico e Conselheiro de Segurança Nacional do Governo Carter – no livro *The Grand Chessboard*, publicado em 1997⁹.

Seguidor de uma forte tradição da geopolítica, Brzezinski considerava que quem controlasse a Eurásia e, mais especificamente, o centro desta grande massa continental, controlaria o poder global; e que os EUA, a única e última grande potência verdadeiramente global, deveriam controlar aquele tabuleiro. A partir desta perspectiva, o autor se debruçou sobre o jogo estratégico a ser travado pelos EUA, cuja proeminência não tem precedentes na história da humanidade, pois, pela primeira vez: “(1) um simples Estado é um poder verdadeiramente global; (2) um Estado não eurasiático tem proeminência global; (3) a arena do globo, a Eurásia, é dominada por um poder não-eurasiático”. Não sei se Brzezinski combinou com Putin que, por volta de 1996, já fazia carreira política no governo chefiado por Boris Iéltsin. Mas ambos atribuem, com sinais trocados, extraordinária importância

⁹ Mais tarde, o autor reconheceu a ocorrência de uma rápida mudança no cenário mundial marcada pelo declínio do Ocidente e pelo deslocamento do eixo do poder mundial em direção à bacia do Pacífico (Brzezinski, 2012).

geopolítica à Ucrânia, o terceiro país europeu mais citado em *The Grand Chessboard*, abaixo da Rússia e da Alemanha.

Segundo Brzezinski, a inserção da Ucrânia no contexto europeu ocidental ampliado era um objetivo fundamental para os EUA devido, no mínimo, a uma dupla razão. Sem estreitas relações com a Ucrânia, este país populoso e com território rico e extenso, a Rússia não teria como ser uma potência europeia, sobrando-lhe a desconfortável posição de se pretender uma potência asiática diante de fortes pressões de povos indóceis, especialmente islâmicos, e da presença da China. Em segundo lugar, o chega pra lá na Rússia abriria espaço para a construção do que Brzezinski chamou de “cabeça-de-ponte democrática”, um arco formado pela França, Alemanha, Polónia e ... Ucrânia (1997, p. 93).

O autor chegou a elaborar “um cronograma especulativo, mas cautelosamente realista” dos estágios de ingresso dos países da Europa Centro-Oriental na OTAN (e na União Europeia). Afinal, “deveria ser axiomático que a unidade política e a segurança da Europa são indivisíveis”. À luz deste axioma, concluiu Brzezinski, era, em termos práticos, “difícil conceber uma Europa verdadeiramente unida sem um acordo de segurança comum com a América”. A conclusão deste raciocínio aos solavancos era que os estados vistos como em condições de ingressarem na União Europeia e convidados para conversarem a respeito, também deveriam “ser automaticamente (sic) vistos a partir de então como sujeitos de fato à proteção presumida da OTAN”. Reiterava-se, mais uma vez, que a União Europeia somente poderia existir com a OTAN e esta, por sua vez, sob o comando efetivo dos EUA. Trocando em miúdos, abriu-se uma oportunidade de ouro para se afirmar a hegemonia dos Estados Unidos sobre uma Europa ampliada e munida de uma cabeça de ponte que penetrava fundo na Eurásia. Era pegar ou largar.

Nem precisava, mas, mesmo sem chegar aos cem por cento, o índice de acertos do “cronograma especulativo” de Brzezinski foi impressionante. Na primeira década do século XXI, todos os países bálticos ingressariam na União Europeia e na OTAN. A Polónia antecipou-se, ingressando em 1999, juntamente com a Hungria e a República Tcheca. Isto, por sua vez, poderia contribuir para o ingresso da Suécia e da Finlândia, o que não ocorreu. De leste a oeste, houve quem se entusiasmasse com a ideia de atrair a própria Rússia e, pelo menos retoricamente, Brzezinski considerou a hipótese. Mas destacou que, “por volta de 2010, a colaboração política franco-alemã-polonesa-ucraniana, envolvendo cerca de 230 milhões de pessoas, poderia evoluir para uma parceria que aumentasse a profundidade geoestratégica da Europa” (1997, p. 85).

E, além de escrever, desenhou o mapa da futura cabeça-de-ponte estratégica (França – Alemanha – Polónia – Ucrânia) com a singela inscrição: “Depois de 2010: o núcleo crítico da segurança da Europa” (1997, p. 85). As chamadas revoluções de 2004 e 2014 neste último país foram decisivas para a instalação de governos

próximos do “Ocidente”, o que, em especial após a anexação da Criméia pela Rússia, tensionou de vez as relações entre os dois países.

Todavia, nas duas primeiras décadas do século XXI, transcorreu um processo que escapou às previsões de Brzezinski e aumentou a complexidade das relações entre a OTAN e a Rússia. De fato, as avaliações negativas acerca do futuro da deste país desfrutavam de importantes referências empíricas: perda de população; aumento exponencial do alcoolismo, desorientação das políticas estatais, expansão das máfias, aumento da criminalidade, revoltas internas etc. Mas, ao longo das duas primeiras décadas do século XXI, também ocorreu, mesmo que em menores dimensões, um impressionante processo de revitalização do estado, da economia e da sociedade russos, inclusive com a recuperação do desenvolvimento tecnológico, especialmente no setor militar. Ao mesmo tempo, intensificaram-se as relações econômicas com países da Europa Ocidental, vários dos quais, especialmente a Alemanha, encontraram na Rússia um bom ambiente para investimentos e um fornecedor confiável de bens agrícolas e petróleo. O resultado foi que, enquanto desde a década de 1990, os olhos se voltaram para a extraordinária performance da economia chinesa, pouco se atentou para a recuperação de um país considerado presa fácil ou, no máximo, uma potência regional a ser tratada de modo condescendente.

Como sabemos, os pontos de tensão não se fizeram esperar, o que contribuiu para tornar ainda mais complexo o processo de estabelecimento, sob a hegemonia do “Ocidente”, da tão falada nova ordem mundial.

Será este o Ocidente no qual Žižek deposita tantas esperanças de regeneração? O mesmo Ocidente que Žižek conclama “a convencer outros países” de que “pode lhes oferecer melhores opções do que a Rússia ou a China”? Não foi este mesmo Ocidente que lhes impôs séculos de opressão verdadeiramente globais muito antes que as “teorias da globalização” entrassem em moda? É ele mesmo que Žižek conclama a uma profunda e urgente metamorfose, qual seja, “mudar-nos nós mesmo, através de uma erradicação implacável do neocolonialismo...?”

Entre Brzezinski e Huntington: dois Ocidentes, duas contrações da democracia

Retomamos a hipótese de que, em sua abordagem do conflito atualmente centrado na Europa Oriental, os que tanto se referem ao “Ocidente” se dispensam de analisar as clivagens de interesses que o atravessam, a começar pelas relações de classes nos planos internos às formações sociais e no internacional.

Serão mesmo características civilizacionais?

Isso nos leva ao exame das posições de Samuel Huntington que, em confronto direto com a primeira frase de um importante manifesto¹⁰, afirmou que “a História da humanidade é a História das civilizações” (1997, p. 44).

Em um calhamaço de 454 páginas, Huntington não encontrou espaço para se referir a lutas de classes, capitalismo e imperialismo, exceto, neste último caso, para criticar, a seu modo, o que chama de universalismo, ou seja, uma porta aberta para o multiculturalismo, prática que o autor considera deletéria para a civilização ocidental, cuja raízes estão na Europa, mas que agora é hegemônica pelos EUA e cujas raízes estão na Europa. (1997, 390-91 passim). O problema é que, por mais que insista em criticar qualquer tentativa de impor valores ocidentais a outras civilizações, fica muito difícil para Huntington obscurecer o caráter autoritário de suas formulações para fora e para dentro dos EUA.

Este “fora” tem duas dimensões. A primeira é o Ocidente original ou europeu que há muito perdeu a hegemonia civilizacional. Encrerra das boas, pois, sem este país, o Ocidente ficaria reduzido a “alguns países ultramarinos de colonização europeia” e à Europa Ocidental, ou seja, uma “península pequena” e de população frágil, pois envelhecida e pouco numerosa, “na extremidade da massa continental eurásiana” (1997, p. 390). Em suma, sem os EUA, o Ocidente europeu não sobrevive.

Um problema ainda mais complicado é que, do outro lado do Atlântico, “o repúdio do Credo e da civilização ocidental significa o fim dos Estados Unidos como nós o conhecemos”. Ou seja, este combate interno é bem mais complexo, pois implica derrotar o multiculturalismo que faz furor nas terras do Tio Sam. Este, sim, é “o ‘**choque verdadeiro**’ [expressão de James Kurth] dentro do segmento norte-americano da civilização ocidental” (1997, p. 390, grifos nossos).

Acreditamos que, nessas formulações, o potencial de repressão interno aos dois lados do “Ocidente” adquire uma dimensão preocupante. Huntington insiste em que o multiculturalismo é inimigo da civilização Ocidental e, portanto, não se pode transigir com ele, especialmente quando se acentua a fase de declínio desta civilização, processo iniciado por volta de 1900, no que se refere ao seu componente europeu, e nas duas últimas décadas do século XX no que tange aos EUA (1997; cap. 4).

Huntington insiste em que sua preocupação com o futuro do Ocidente, longe de ser exclusiva, se expande a figuras importantes, muitas delas engajadas em atividades práticas. E relata que, em meados dos anos 1990¹¹, “um debate sobre a natureza e o futuro do Ocidente” renovou a preocupação “com o que poderia

¹⁰ Referimo-nos à frase inicial do capítulo I do *Manifesto do Partido Comunista*, “A história de todas as sociedades até o presente é a história das lutas de classes” (Marx e Engels, 1998).

¹¹ A primeira edição deste livro de Huntington é de 1997 e o artigo que o originou foi publicado no ano anterior.

assegurar a continuidade” desta civilização. Segundo Huntington, “em parte, isso germinou da percepção da necessidade de **expandir a principal instituição ocidental, a OTAN**, para incluir os países ocidentais do Leste, e da séria divisão que surgiu dentro do Ocidente sobre como responder ao esfacelamento da Iugoslávia” (1997, p. 391 – grifos nossos).

No mesmo imenso parágrafo, o autor observa que “isso também refletiu, de modo mais amplo, a **ansiedade** sobre a unidade **futura** do Ocidente **na ausência de uma ameaça soviética** e, em especial, o que isso significava **para o engajamento dos Estados Unidos na Europa**” (1997, p. 391). Independentemente da profundidade da análise – até porque o Huntington relata preocupações que não eram só dele, parece haver importantes referências para se examinar a hipótese de que existem mais condicionantes do atual conflito centrado na guerra entre a Rússia e a Ucrânia do que a simples visão imperial atribuída ao atual governante russo.

E jorram cascatas de informações factuais desprovidas de conexões teóricas, sempre com o objetivo de reforçar a percepção de que sólidos laços se fazem necessários no interior do Ocidente. Limitamo-nos a destacar o relato de que, em 1994, o ministro da Defesa da Grã-Bretanha, na esteira de contatos com dirigentes dos países envolvidos, expôs “a necessidade de “uma Comunidade Atlântica” apoiada nos seguintes pilares: “defesa e segurança corporificadas na OTAN; crença compartilhada no império da lei e na democracia parlamentar; capitalismo liberal e livre comércio; e a herança compartilhada cultural europeia que emanou da Grécia e de Roma, passando pelo Renascimento, até os valores, crenças e civilização compartilhados de nosso próprio século” (1997, p. 391). De fato, Malcolm Rifkind, o conservador ministro britânico (Gabinete John Major) era experiente e culto. Todavia, por mais que se elogie sua capacidade de vislumbrar o futuro do Ocidente, em particular da OTAN, mais fica difícil imputar à “visão imperial” do jovem Putin (42 anos), que nem havia ingressado na política institucional, a exclusividade ou primazia de tamanha capacidade premonitória.

Mesmo se reconhecendo o alto grau de generalidade dessas formulações (et pour cause), é bastante conhecida a facilidade com que, em nome delas, repressão a divergências – pior, contestações – podem ser – e são – reprimidas. Por exemplo, como encontrar aspectos “liberais” e de “livre comércio” no capitalismo de hoje? Em quais termos compartilhar o império da lei e a democracia parlamentar? A democracia ateniense era parlamentar? As lutas anticapitalistas têm origens externas à civilização ocidental? Marx, Engels, Proudhon e Malatesta, escreveram em chinês? Angela Davis é africana? Os Panteras Negras nada têm a ver com o Ocidente? O Império da Lei tinha parceria com a Jim Crow? A Comuna de 1871 era mesmo em Paris? A Ucrânia deve ingressar na OTAN em nome da civilização ocidental? Qual característica do Ocidente produz a inclinação para se promoverem golpes de Estado e/ou intervenções militares em países de outras “civilizações”?

Golpes e intervenções às mancheias não impediram que Huntington insistisse em descartar qualquer objetivo de reformar outras civilizações segundo o padrão ocidental, o que, aliás – diz ele – seria impossível em razão do poder declinante do suposto educador. Para ele, o que se trata é de “preservar, proteger e reativar as qualidades únicas da civilização ocidental”. E tamanha responsabilidade cabe aos EUA, o “mais poderoso país ocidental”, “de forma **absolutamente preponderante**” (1997, p. 397; grifos nossos). Ou seja, o “Ocidente” declina, mas nele a hegemonia é dos EUA. E, às vezes, para bem exercê-la, convém dobrar o mapa e intervir onde se julgar necessário.

Huntington apresenta, por sua conta e risco, uma série de oito iniciativas que correspondem aos interesses dos EUA e dos “países europeus”:

- 1) “conseguir maior integração política, econômica e militar e coordenar suas políticas de modo a impedir que Estados de outras civilizações explorem as diferenças entre eles;
- 2) incorporar à União Europeia e à OTAN os países ocidentais da Europa Central, ou seja, os países de Visegrad¹², as repúblicas bálticas, a Eslovênia e a Croácia.
- 3) estimular a ‘ocidentalização’ da América Latina e, no máximo que for possível, um estreito alinhamento dos países latino-americanos com o Ocidente;
- 4) restringir o desenvolvimento do poder militar convencional e não convencional dos países islâmicos e síncicos;
- 5) retardar o deslocamento do Japão para longe do Ocidente e na direção de uma acomodação com a China;
- 6) aceitar a Rússia como um Estado-núcleo da Ortodoxia e uma grande potência regional, com legítimos interesses de segurança em suas fronteiras meridionais;
- 7) manter a superioridade tecnológica e militar sobre as outras civilizações;
- 8) mais importante, reconhecer que a intervenção ocidental ns assuntos de outras civilizações provavelment constitui a mais perigosa fonte de instabilidade e de um possível conflito global num mundo multicivilizacional”. (1997, p. 397).

O problema dos sete primeiros itens é que eles simplesmente entram em choque com o oitavo. Reiteram a hegemonia dos EUA sobre um Ocidente expandido em direção ao Leste Europeu e, claro, com palavras mais suaves, reafirmam o controle sobre a América Latina. Como já observamos, a política de “contenção” da Rússia permanece. A importante diferença é que, dada a mudança na correlação de forças, reabrem-se as comportas da tentativa de incorporação da Ucrânia ao “Ocidente”. Por outro lado, a meta de restringir o desenvolvimento da capacidade bélica chinesa ficou anacrônica pelo simples motivo de que a potência “oriental” conseguiu imunidade, pelo menos em tempos de paz, a este tipo de pressão.

Na perspectiva de um reordenamento das posições dos grandes blocos de estados nacionais, a aparente tentativa desse Acordo de Ialta civilizacional permite ao autor não queimar as mãos com a análise dos impactos do imperialismo sobre as

¹² Grupo constituído pela Polônia, Eslováquia, Hungria e República Tcheca.

relações internacionais. Daí a tendência a uma visão estática do mundo¹³, o que apenas reaquece os tambores da violência interna e externa às formações sociais do “Ocidente” em um planeta convulso.

Congelamento da democracia

Não por simples acaso, o próprio Huntington afirmou que “muito mais importantes do que a economia e a demografia são os problemas do declínio moral, suicídio cultural e desunião política no Ocidente” (1997, p. 387). Dentre as manifestações de declínio moral, o autor elenca “aumento das formas de comportamento antissocial, como crime, uso de drogas, violência em geral; decadência da família, com índices mais elevados de divórcio, ilegitimidade, gravidez de adolescentes e família de pai ou mães sozinhos; declínio da participação em associações voluntárias”; “debilitamento generalizado da ‘ética do trabalho’ e aumento do culto à satisfação pessoal”; “diminuição no empenho pelo aprendizado e pela atividade intelectual” (1997, p. 387).

Mais adiante, o autor, destaca um fator de longo prazo e outro “mais imediato e perigoso”. O primeiro é “a erosão do Cristianismo entre os ocidentais”. O segundo é “a erosão da identidade nacional norte-americana”. Para o autor, esta identidade foi definida culturalmente pela herança da civilização ocidental e “politicamente pelo Credo norte-americano com o qual os norte-americanos concordam amplamente: liberdade, democracia, individualismo, igualdade perante a lei, constitucionalismo, propriedade privada” (1997, p. 388). E dá-lhe pancada no multiculturalismo.

É provável que, à luz das análises e propostas formuladas por Samuel Huntington, especialmente no tocante à militarização do Ocidente e ao ataque ao chamado multiculturalismo; e, no plano externo, à necessidade de defender os valores ocidentais, abra-se pouco espaço para redefinições do papel da OTAN, a estrela institucional do Ocidente. Em uma situação crucial como a de um conflito que corre o risco de se mundializar, é importante que as forças que pretendem mudar o mundo esclareçam a concepção de Ocidente que adotam e qual potencial explicativo ela apresenta em relação ao contexto internacional bem como às perspectivas de maiores lutas anticapitalistas e antiimperialistas que organizem novas democracias. Até porque a parlamentar vive profunda crise.

O próprio Huntington publicou, em 1991, *A terceira onda*, livro no qual aborda um processo de democratização que, segundo o autor, se iniciou em 1974, “de modo involuntário”, com a Revolução do Cravos, em Portugal (1991, p. 13). O detalhe é importante, pois, segundo Huntington, caso realizasse seus objetivos, esse movimento teria levado Portugal a uma ditadura. O grave risco foi evitado pela

¹³ Mais uma vez, apesar dos duelos de Huntington com Fukuyama, o “fim da História”.

imprevisível atuação do socialista Mário Soares, que, ao contrário de desempenhar o papel de um novo Kerensky, foi capaz de remanejar a correlação de forças e redirecionar uma iniciativa golpista no sentido de uma democracia parlamentar (1991, p. 14-15).

É inegável que este processo de democratização liberal significou um importantíssimo avanço político em Portugal. Mas isto não significa, em absoluto, que seja o único possível, a menos que considere que não existe alternativa à “economia de mercado”. Afinal, a dimensão ideológica presente na concepção adotada pelos democratas elitistas consiste em ocultar o caráter de classe das formações sociais capitalistas de modo a apresentá-la como constituída por cidadãos jurídica e ideologicamente livres e iguais, que interagem fundamentalmente por meio do intercâmbio de suas vontades, ou seja, dos contratos. É esta articulação jurídico-política e ideológica que define os marcos estruturais de limitações à democracia

Não por mero acaso, Huntington foi um entusiasta adepto da teoria elitista-democrática e insistiu na tese schumpeteriana de que, no plano científico, não faz sentido falar em poder do povo, pois o poder é sempre exercido pelas elites. Ou seja, explica Huntington, democracia não se define pela “fonte” (origem) do poder nem pela finalidade (bem comum), mas pelo conjunto de procedimentos que levam à escolha, pelo voto dos cidadãos, daqueles que exercerão o poder em um período determinado (1991, p. 16). Ora, na medida em que, segundo Huntington, propriedade privada, economia de mercado e democracia parlamentar são pilares da Civilização Ocidental, fica difícil não imaginá-los defendidos por meio da OTAN, juntamente com (e acima de) um conjunto de aparelhos repressivos estatais-nacionais. Neste sentido, a garantia do chamado Ocidente, em especial pela OTAN, a qual se sobrepõe a países da Europa Centro-Oriental (e mesmo à Turquia) cada vez mais distantes do oceano Atlântico, pode cercar a Rússia, mas não é muito alvissareira para a democracia. E, a se levar em conta os golpes de estado que os EUA apoiam na América Latina, dá um certo frio na barriga quando alguém propõe que os povos deste subcontinente sejam convidados a ingressar na Civilização Ocidental¹⁴.

Conforme dito no início, o objetivo deste artigo é destacar que, por diversos motivos bem conhecidos (mas pouco divulgados entre o grande público), o conflito militar centrado na Europa Centro-Oriental, longe de ser algo meramente regional (o que já seria terrível), é potencialmente planetário.

¹⁴ Imagine-se o tempo e os esforços para que esses mais de 600 milhões de “convidados” a se adaptem ao *American Way of Life*, tal como existiu imaginariamente até os memoráveis anos 50. O próprio Huntington publicou, em 2004, outro calhamaço para demonstrar o fortíssimo papel que a imigração de latinos desempenha no que ele chamou de corrosão da identidade nacional americana.

Isto representa uma novidade se comparado aos tempos da Guerra Fria, período no qual o menor número de litigantes, assim como as relações entre eles, abriam maiores possibilidades de negociação. Hoje, os meios de destruição progrediram de modo apocalíptico ao mesmo tempo em que a barbárie cresce de modo exponencial por todas as dimensões das relações sociais, e se distribuem desigualmente por um grupo de estados nacionais (e mesmo forças paraestatais) muito mais complexo diante do qual se evidencia o simplismo da tese do choque de civilizações. E não se trata apenas de erro teórico, pois, ao mesmo tempo em que bloqueia o conhecimento, sua carga de *winsfull thinking* se potencializa na exata medida em que se aprofunda a atual crise do imperialismo e se aquecem os tambores da guerra. A ideologia do globalismo foi funcional aos interesses dos que apostavam na capacidade hegemônica da única potência “verdadeiramente global”. A do choque de civilizações expressa/oculta os interesses dos blocos imperialistas que se percebem ameaçados na presente conjuntura internacional.

Cabe às forças que pretendem mudar o mundo atualizar a abordagem dos nexos entre questões nacionais e antiimperialismo neste complicadíssimo adentrar do século XXI.

Em tempos de defensiva atroz das lutas populares, democráticas e antiimperialistas, é muito difícil vislumbrar, também em relação à Guerra “da Ucrânia”, encaminhamentos dotados de efetividade. Mesmo ciente de que separada dessas lutas, a própria teoria social perde grande parte de sua seiva, uma perspectiva democrática e emancipatória sinaliza a necessidade de atualizar as análises das relações entre a defesa do direito à autodeterminação nacional e o antiimperialismo.

É o que tentaremos examinar em um próximo artigo.

Referências

ALMEIDA, Lúcio Flávio Rodrigues de. Redes e classes sociais: frentes de guerra muito além da Ucrânia. *A terra é redonda*, 23 mar. 2022. Disponível em: https://aterraeredonda.com.br/redes-e-classes-sociais-frentes-de-guerra-muito-alem-da-ucrania/#_edn1. Acesso em 12 set. 2022.

ARENDDT, Hannah. *Origens do totalitarismo: antisemitismo, imperialismo, totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

BERGÈRE, Marie-Claire. Le mouvement du 4 mai en Chine: la conjoncture économique et le rôle de la bourgeoisie antionale. *Révue Historique*, T. 241, Fasc 2, 1969, p. 309-326. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/40951285>. Acesso em 12 set. 2022.

BERRINGER, Tatiana; LAZAGNA, Angela (orgs). *A atualidade da teoria política de Nicos Poulantzas*. Santo André: UFABC, 2022.

- BRZEZINSKI, Zbigniew. *The Grand Chessboard: American primacy and its geostrategic imperatives*. New York: Basic Books, 1997.
- _____. *Strategic Vision: America and the crisis of global power*. New York: Basic Books, 2012.
- CASTELO, Rodrigo. *Tragédia, farsa e crise: ensaios sobre ideologia, desenvolvimento e capitalismo dependente no Brasil*. Marília: Lutas Anticapital, 2022.
- CLIFF, Tony. *State Capitalism in Russia (1955-1974)*. London: Bookmarks, 2018.
- HUNTINGTON, Samuel P. *Who are we? Challenges to America's National Identity*. New York: Simon & Shuster, 2004.
- _____. *O choque de civilizações e a recomposição da ordem mundial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1997.
- _____. *A terceira onda: a democratização no final do século XX*. São Paulo: Ática, 1994.
- LOSURDO, Domenico. Stálin e Hitler: irmãos gêmeos ou inimigos mortais? In: JINKINGS, Ivana e DÓRIA, Kim (orgs.). *1917: o ano que abalou o mundo*. São Paulo: Boitempo, 2017, p. 57-79.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: Boitempo, 1998.
- NEUMANN, Franz Leopold. *The Democratic and the Authoritarian State: Essays in Political and Legal Theory*. New York: Free Press, 1957.
- SCHMITT, Carl. *O guardião da Constituição*, Belo Horizonte: Del Rey, 2007, p. 124-150.
- _____. The way to the total state. In: *Four articles (1931-1938)*. Washington-dc: Plutarch Press, 1999a, p. 1-18.
- _____. Further development of the total state in Germany. In: *Four articles (1931-1938)*. Washington-dc: Plutarch Press, 1999b, p. 19-27.
- ZENDONG, Mao. *O Movimento de 4 de Maio*, 1939. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/mao/1939/05/movimento.htm> Acesso em 12 set. 2022.
- ŽIŽEK, Slavoj. O que significa defender a Europa? *Esquerda.net*, 21 mar. 2022. Disponível em: <https://www.esquerda.net/audio/zizek-o-que-significa-defender-europa> Acesso em: 12 set. 2022.
- _____. (org.). *Um mapa da ideologia*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.